

Processo Administrativo nº 07/2025

Inexigibilidade nº 01/2025

Ata de Registro de Preços nº 02/2025

O(A) **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL E MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DO VALE DO ITAPECERICA – CIMMVI**, com sede à Rua Irmã Marta Morato, 241 - Bom Pastor Divinópolis / MG - CEP: 35.500-140, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 54.771.168/0001-20, neste ato representado(a) pelo(a) Presidente do Consórcio Intermunicipal e Multifinalitário dos Municípios do Vale do Itapeçerica, conforme Termo de Posse da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal do CIMMVI, de 03 de janeiro de 2025, publicada no site do órgão na mesma data, considerando o julgamento do procedimento auxiliar de Inexigibilidade, com fundamento no art. 74, inc, III, “c”, da Lei Federal nº 14.133/2021, para REGISTRO DE PREÇOS nº 02/2025, processo administrativo nº 007/2025, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Termo de Referência, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

Fornecedora: **META TECNOLOGIA TRIBUTARIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 01.995.108/0001-24, com sede à av. Portugal, nº 1148, QUADRAL29 LOTE 1E SALA B3404 EDIF ORION BUSINESS, Set. Marista, Goiânia/GO, CEP: 74.150-030, endereço eletrônico metatecnologiatributaria@gmail.com, neste ato representada por sua Sócia Administradora, Djully Steffanny Ferreira, CPF: nº [022.XXX.XXX-25](#), RGNº 651XXXX.

1. DO OBJETO

- 1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE CONSULTORIA E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA COM SOLUÇÃO INFORMATIZADA TENDO POR FINALIDADE O LEVANTAMENTO E A RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS DE TRIBUTOS DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS**, especificado(s) no(s) item(ns) 1.1 do Termo de Referência, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

- 2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor: META TECNOLOGIA TRIBUTARIA LTDA, inscrita no CNPJ nº 01.995.108/0001-24, com sede à Av. Portugal, nº 1148, Set Marista, Goiânia, Goiás, CEP: 74.150-030.				
Item do TR	Unidade de medida	Quantidades	Valor unitário	Valor total
PREVIDÊNCIA GERAL	Un.	1	17,50%	17,50%

RAT	Un.	1	17,50%	17,50%
PASEP	Un.	1	17,50%	17,50%
PREVIDÊNCIA PRÓPRIA	Un.	1	17,50%	17,50%
IRPJ	Un.	1	17,50%	17,50%
TELEFONIA	Un.	1	17,50%	17,50%
SUS	Un.	1	17,50%	17,50%
FUNDEB	Un.	1	17,50%	17,50%

2.2. Os pagamentos à contratada referentes à compensação ou restituição somente serão devidos após a homologação definitiva pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, ou, alternativamente, mediante decisão judicial transitada em julgado que reconheça de forma inequívoca o direito creditório do Município.

2.2.1. Os pagamentos à contratada referentes à compensação ou restituição somente serão devidos após a homologação definitiva pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, ou, alternativamente, mediante decisão judicial transitada em julgado que reconheça de forma inequívoca o direito creditório do Município.

2.2.2. A homologação definitiva ou o trânsito em julgado judicial conferirão caráter definitivo à decisão, constituindo condição indispensável e suficiente para o pagamento da contratada em virtude da compensação ou restituição dos referidos créditos.

2.2.3. O CONTRATANTE obriga-se a assegurar, previamente à realização dos pagamentos devidos à CONTRATADA, a necessária disponibilidade orçamentária, exclusivamente com recursos de livre aplicação (verbas não vinculadas), sendo expressamente vedada a utilização de quaisquer recursos vinculados, em especial aqueles provenientes do FUNDEB e do SUS, para tal finalidade.

2.3. A listagem do cadastro de reserva não se aplica a esta Ata.

2.4. Da Conta Garantia

2.4.1. Para assegurar o adimplemento das obrigações pecuniárias assumidas neste instrumento, o CONTRATANTE manterá, junto a instituição financeira, conta bancária específica, de sua exclusiva titularidade, doravante denominada "Conta Garantia de Recuperação de Créditos Tributários", vinculada ao contrato e destinada, de forma exclusiva:

I – ao depósito dos valores dos honorários devidos ao contratante em decorrência da recuperação e/ou compensação de créditos tributários objeto deste ajuste;

II – ao pagamento dos honorários devidos à CONTRATADA, na forma do contrato; e

III – ao pagamento de eventuais obrigações decorrentes de glosas, contestações, revisões ou condenações administrativas ou judiciais relacionadas à recuperação ou compensação dos créditos tributários objeto deste ajuste, perante o(s) órgão(s) com os quais o Município tenha contraído dívida.

§1º Os recursos mantidos na Conta Garantia integram o patrimônio do CONTRATANTE, porém ficam afetados e vinculados ao cumprimento das obrigações assumidas neste contrato, não podendo ser utilizados para quaisquer outras finalidades enquanto permanecerem pendentes obrigações perante a CONTRATADA ou perante terceiros relacionadas aos créditos objeto deste ajuste.

§2º É vedada a utilização dos recursos da Conta Garantia para compensar obrigações estranhas ao presente contrato, bem como sua oneração a qualquer título (penhora, arresto, sequestro, caução ou garantia de outras dívidas), ressalvadas determinações judiciais inevitáveis, hipótese em que o CONTRATANTE deverá recompor a Conta Garantia com recursos próprios de livre aplicação.

2.5. Do depósito dos valores e dos avisos à CONTRATADA

2.5.1. Verificada a efetiva recuperação e/ou compensação de créditos tributários em favor do CONTRATANTE, realizada com fundamento em parecer favorável da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e devidamente atestada por servidor municipal competente, o CONTRATANTE promoverá o depósito dos valores correspondentes aos honorários devidos ao CONTRATADO na Conta Garantia, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da ciência do ingresso ou da compensação do crédito.

§1º O depósito referido no caput constitui mera afetação de recursos para garantia do cumprimento das obrigações contratuais, não importando, por si só, em reconhecimento da exigibilidade imediata dos honorários da CONTRATADA, os quais somente serão devidos nas hipóteses e condições previstas nas cláusulas 2.2. e 2.2.1.

§2º Cada depósito realizado na Conta Garantia deverá ser comunicado pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, mediante envio de Aviso de Depósito, preferencialmente por meio eletrônico idôneo, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis contados do respectivo crédito, acompanhado de demonstrativo que identifique: (i) a origem do crédito; (ii) o período de referência; (iii) o valor bruto recuperado ou compensado; e (iv) eventuais descontos ou retenções efetuadas.

§3º A ausência de envio do Aviso de Depósito à CONTRATADA não a prejudicará quanto ao direito de exigir, a qualquer tempo, a comprovação dos valores existentes na Conta Garantia, bem como de obter extratos e demonstrativos da movimentação da referida conta, podendo tal omissão caracterizar descumprimento contratual pelo CONTRATANTE.

2.6. Do pagamento dos honorários a partir da Conta Garantia

2.6.1. Uma vez ocorrida a homologação definitiva pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil ou o trânsito em julgado de decisão judicial que reconheça, de forma inequívoca, o direito creditório do Município, na forma das cláusulas 2.2. e 2.2.1., o CONTRATANTE efetuará o pagamento dos honorários devidos à CONTRATADA, exclusivamente com recursos provenientes da Conta Garantia, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados:

I – da homologação definitiva; ou

II – do trânsito em julgado da decisão judicial.

§1º O pagamento de que trata o caput será realizado mediante transferência bancária em favor da CONTRATADA, observados os percentuais, bases de cálculo e demais critérios estabelecidos neste contrato, sendo vedado ao CONTRATANTE utilizar os recursos da Conta Garantia para finalidade diversa enquanto remanescer obrigação pecuniária pendente em favor da CONTRATADA.

§2º Eventuais glosas, contestações, revisões ou condenações administrativas ou judiciais, decorrentes da atividade do CONTRATANTE e relacionadas à recuperação ou compensação dos créditos tributários objeto deste contrato, serão satisfeitas prioritariamente com recursos da Conta Garantia, em favor do(s) órgão(s) ou entidade(s) perante os quais o Município tenha se tornado devedor, sem prejuízo da preservação dos honorários que já tenham se tornado definitivos e tenham sido regularmente pagos à CONTRATADA.

§3º Sobre os valores depositados na Conta Garantia incidirá a atualização monetária prevista neste contrato ou, na omissão deste, o índice oficial de correção normalmente adotado pelo Município para seus créditos tributários, até a efetiva data do pagamento dos honorários devidos à CONTRATADA.

2.7. Da gestão da Conta Garantia (Tesoureiro)

2.7.1. A gestão da Conta Garantia caberá a TESOUREIRO formalmente designado por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, o qual deverá ser, obrigatoriamente, servidor público municipal efetivo, com reputação ilibada, incumbindo-lhe:

I – zelar pela observância das disposições deste contrato relativas à Conta Garantia;

II – acompanhar, autorizar e registrar os depósitos, pagamentos, transferências e aplicações financeiras realizados com os recursos da Conta Garantia;

III – manter controle atualizado dos saldos e da movimentação da Conta Garantia, mediante elaboração de demonstrativos mensais, que deverão ser disponibilizados à CONTRATADA sempre que solicitados ou, no mínimo, com periodicidade trimestral;

IV – atuar com independência, imparcialidade e estrita observância da legislação aplicável e das regras de governança financeira do Município, respondendo administrativa, civil e penalmente por eventual desvio de finalidade ou irregularidade na gestão da Conta Garantia.

§1º O CONTRATANTE compromete-se a assegurar ao TESOUREIRO os meios e informações necessários ao pleno desempenho de suas atribuições.

2.8. Dos investimentos dos recursos da Conta Garantia

2.8.1. Enquanto não utilizados para o pagamento das obrigações previstas neste contrato, os recursos mantidos na Conta Garantia deverão ser obrigatoriamente aplicados em modalidades de investimento de natureza conservadora e de baixíssimo risco, admitidas pela legislação vigente para a Administração Pública Municipal, as quais serão previamente acordadas entre as partes.

§1º Os rendimentos líquidos auferidos com tais aplicações reverterão em favor da própria Conta Garantia e serão considerados, para todos os fins, como acréscimo dos recursos vinculados ao presente contrato, podendo ser utilizados nas mesmas finalidades previstas na cláusula 2.4.1.

§2º Em nenhuma hipótese a CONTRATADA suportará perdas decorrentes de eventual risco dos investimentos realizados com os recursos da Conta Garantia, não podendo tais perdas ser opostas como fundamento para redução, postergação ou inadimplemento dos honorários contratualmente devidos.

§3º Ocorrendo perda de capital decorrente de oscilação de mercado, falha operacional ou culpa da instituição financeira responsável pela aplicação, obriga-se o CONTRATANTE a recompor integralmente o saldo da Conta Garantia, com recursos próprios de livre aplicação, de modo a assegurar a plena satisfação das obrigações assumidas perante a CONTRATADA, sem prejuízo do direito ao regresso contra os responsáveis.

2.9. Do inadimplemento do CONTRATANTE e da liberação dos recursos

2.9.1. Caracterizar-se-á inadimplemento do CONTRATANTE, para todos os fins de direito, a não realização, nos prazos contratualmente previstos, dos pagamentos devidos à CONTRATADA, desde que satisfeitas as condições de exigibilidade previstas nas cláusulas 2.2. e 2.2.1. e comprovada a disponibilidade de recursos suficientes na Conta Garantia.

§1º Verificado o inadimplemento, a CONTRATADA notificará o CONTRATANTE, por escrito, concedendo-lhe prazo complementar de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da notificação para que este autorize a transferência bancária dos valores devidos à CONTRATADA, a partir dos recursos vinculados à Conta Garantia, sem prejuízo da eventual complementação com recursos próprios de livre aplicação, caso o saldo seja insuficiente por culpa do CONTRATANTE.

§2º As disposições desta cláusula serão interpretadas em consonância com a legislação de finanças públicas, em especial com a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), não podendo ser utilizadas para afastar a garantia mínima do direito creditório da CONTRATADA, nos limites em que haja disponibilidade de recursos de livre aplicação e valores depositados na Conta Garantia.

2.10. Do apoio técnico da CONTRATADA e da responsabilidade pelos danos

2.10.1. A CONTRATADA obriga-se a prestar ao CONTRATANTE apoio técnico integral e permanente relativamente aos créditos tributários objeto deste contrato, desde a fase de estudos e implementação das teses até a efetiva pacificação do direito em relação a cada crédito recuperado e/ou compensado, entendida esta como a ocorrência da homologação definitiva pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil ou do trânsito em julgado da decisão judicial que reconheça o direito creditório do Município, bem como a conclusão de todos os procedimentos decorrentes, administrativos e/ou judiciais, diretamente relacionados à sua atuação.

§1º O apoio técnico de que trata o caput compreende, dentre outras atividades correlatas e necessárias:

I – a elaboração de pareceres, memoriais, manifestações técnicas e esclarecimentos solicitados pelo CONTRATANTE ou por seus órgãos de controle;

II – o acompanhamento e assessoramento em eventuais procedimentos de fiscalização, diligências, auditorias e prestações de informação junto à Receita Federal do Brasil, Tribunais de Contas, Ministério Público e demais órgãos de controle interno e externo;

III – a elaboração e/ou revisão de defesas, recursos, impugnações, manifestações e demais peças técnicas necessárias à manutenção dos créditos recuperados e/ou compensados;

IV – o fornecimento de todos os esclarecimentos técnicos e documentos que se façam necessários à adequada instrução de processos administrativos e judiciais relacionados aos créditos objeto deste contrato.

§2º A CONTRATADA responderá técnica e integralmente por todo e qualquer dano material efetivo que vier a ser comprovadamente causado ao Município, direta e exclusivamente, em decorrência de erro, omissão,

inexatidão, negligência, imprudência, imperícia, ou dolo na execução dos serviços técnicos contratados, inclusive no que se refere a equívocos em cálculos, interpretações manifestamente inadequadas da legislação ou na condução de procedimentos que lhe sejam atribuídos neste contrato.

§3º A responsabilidade de que trata o parágrafo anterior abrange, nos limites do nexo causal com a atuação da CONTRATADA, os valores correspondentes a multas, juros, atualização monetária, tributos exigidos em razão de glosas ou desconstituição de créditos, bem como custas, despesas processuais e eventuais condenações impostas ao Município diretamente relacionadas à atuação da CONTRATADA, sem prejuízo do direito de regresso do Município, quando for o caso.

§4º A eventual responsabilização da CONTRATADA na forma desta cláusula não exime o CONTRATANTE do cumprimento das obrigações de pagamento dos honorários devidos nos termos deste contrato, quando configuradas as condições de exigibilidade previstas nas cláusulas 2.2. e 2.2.1., ressalvado o direito de dedução ou regresso em caso de danos comprovadamente atribuíveis à CONTRATADA.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o(a) Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios do Vale do Itapecerica - CIMMVI.

3.2. Além do gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade
PREVIDÊNCIA GERAL	Perdigão/MG	Un.	1
RAT	Perdigão/MG	Un.	1
PASEP	Perdigão/MG	Un.	1
PREVIDÊNCIA PRÓPRIA	Perdigão/MG	Un.	1
IRPJ	Perdigão/MG	Un.	1
TELEFONIA	Perdigão/MG	Un.	1
SUS	Perdigão/MG	Un.	1
FUNDEB	Perdigão/MG	Un.	1

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, não poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

- 5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
- 5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
- 5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
- 5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
- 5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no Termo de Referência e se obrigar nos limites dela;
- 5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
- 5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- 5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
- 5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 5.5. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 5.6. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.6.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

- 5.7. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- 5.8. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- 6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
 - 6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
 - 6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
 - 6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

- 7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
- 7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
 - 7.1.2. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
 - 7.1.3. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.4. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.5. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

- 8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.
- 8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.
- 8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
- 9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
 - 9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
 - 9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
 - 9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
- 9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- 9.3. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
- 9.3.1. Por razão de interesse público;
 - 9.3.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
 - 9.3.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

- 10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Termo de Referência.
- 10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
- 10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

- 11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao Termo de Referência.
- 11.2. *No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.*

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e *encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.*

Divinópolis/MG, 09 de dezembro de 2025.

Julliano Lacerda Lino
Presidente do Consórcio CIMMVI

Djully Steffanny Ferreira
META TECNOLOGIA TRIBUTÁRIA